



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2014
ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2014
SEI Nº 0050001-98.2014

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE VIRTUALIZAÇÃO DE SERVIDORES CORPORATIVOS, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

A **União Federal**, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins**, CNPJ/MF nº 05.789.902/0001-72, situado na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conjunto 01, Lotes 1 e 2, Palmas/TO, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **José Machado dos Santos**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 1.565.192 SSP/DF e CPF nº 412.307.011-68, e pelo Secretário de Administração e Orçamento, **Francisco Alves Cardoso Filho**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 2.722 SSP/TO e do CPF nº 549.640.241-72-68, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF nº 76.535.764/0001-43, estabelecida na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX/XX, representada neste ato por **XXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), casado(a), portador(a) do documento de identidade nº XXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, sob o nº **XX/2014**, sujeito as disposições da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Lei 10.520/2002, Resolução CNJ nº 182, de 17 de outubro de 2013, mais as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Aquisição de solução de virtualização de servidores corporativos, com suporte técnico e repasse de conhecimento, conforme especificações e condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência (Anexo I do Pregão Eletrônico XX/2014).

1.2 Os itens contratados são os discriminados na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE CONTRATADA
------	-----------	---------	-----------------------

1	Licença VMware vSphere 5 Enterprise Plus	Unid.	
2	Direito de atualização de versão com suporte técnico remoto para VMware vSphere Enterprise Plus (12 meses) – <i>VMWare Basic Support & Subscription Service</i>	Unid.	
3	Licença VMware vCenter Server 5 standard	Unid.	
4	Direito de atualização de versão com suporte técnico remoto para VMware vCenter Server Standard (12 meses) – <i>VMWare Basic Support & Subscription Service</i>	Unid.	
5	Licença VMware vCenter Site Recovery Manager 5 Enterprise	Unid.	
6	Direito de atualização de versão com suporte técnico remoto para VMware vCenter Site Recovery Manager Enterprise (12 meses) – <i>VMWare Basic Support & Subscription Service</i>	Unid.	
7	Repasso de conhecimento de VMware	Unid.	

1.2.1 Os serviços relativos aos itens 2, 4 e 6 da tabela acima, que tratam do direito de atualização de versão e suporte técnico remoto, serão prestados pelo período de 12 (doze) meses, a contar do aceite dos itens 1, 3 e 5 da referida tabela, prorrogáveis até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

1.2.2 O item 7, que trata do repasse do conhecimento, deverá ser agendado com o TRE-TO e concluído em até 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

2.1 Requisitos da solução

2.1.1 LICENÇAS VMWARE ENTERPRISE PLUS

2.1.1.1 Aquisição de licenças de uso de software de sistema de virtualização VMware vSphere Enterprise Plus, em sua versão mais recente.

2.1.2 DIREITO DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO COM SUPORTE TÉCNICO REMOTO PARA VMWARE VSPHERE ENTERPRISE PLUS – VMWare Basic Support & Subscription Service

2.1.2.1 Direito de atualização de versão e suporte técnico da solução VMware Enterprise Plus pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

2.1.2.2 Define-se atualização de versão como direito para atualização dos softwares, incluindo versões maiores (major releases), versões menores

(minor releases), versões de manutenção (maintenance releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software VMware vSphere 5 Enterprise Plus, tradicionalmente disponibilizadas por meio de download a partir do sítio na Web da VMware;

2.1.2.3 Define-se serviço de suporte técnico como sendo aquele efetuado mediante atendimento telefônico e correio eletrônico, com objetivo de solucionar problemas de funcionamento e disponibilidade da solução e de esclarecer dúvidas relacionadas à instalação, configuração, uso e atualização dos produtos;

2.1.2.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados técnicos pelo menos 12 (doze) horas por dia, pelos menos 5 (cinco) dias por semana, mediante sistema Web ou de um telefone 0800 ou número local em Palmas-TO;

2.1.2.5 Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas;

2.1.2.6 Os chamados técnicos serão categorizados nos seguintes níveis de severidade:

Nível	Descrição
1	Servidor de produção fora de operação e sem qualquer solução de contorno para emprego imediato. A atividade-fim da instituição foi significativamente perturbada.
2	Funcionalidades principais severamente prejudicadas. Operação prossegue com restrições significativas. Solução de contorno temporária disponível.
3	Perda de funcionalidades não críticas. Operações deficientes de alguns componentes, mas o usuário continua a utilizar o <i>software</i> .
4	Questões de caráter geral

2.1.2.7 O nível de severidade dos chamados deverá ser comunicado à CONTRATADA no momento de sua abertura;

2.1.2.8 O atendimento dos chamados técnicos de nível de severidade 1 deverá ser solucionado em até 4 (quatro) horas comerciais; os de nível de severidade 2, em até 8 (oito) horas comerciais e os de nível de severidade 3 e 4, em até 12 (doze) horas comerciais;

2.1.2.9 Para fins desta contratação horas comerciais são as compreendidas entre 8h e 19h, horário de Brasília-DF em dias úteis;

2.1.2.10 O chamado técnico só será considerado concluído após confirmação do TRE-TO;

2.1.2.11 O nível de severidade de um chamado poderá ser reclassificado. Neste caso, haverá nova contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade;

2.1.2.12 A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, relatório contendo as informações de data e hora de abertura e fechamento do chamado, nome do responsável pela abertura, nome do responsável pelo atendimento, número de controle (protocolo), nível de severidade e descrição sucinta do chamado.

2.1.3 LICENÇA VMware vCenter SERVER STANDARD

2.1.3.1 Aquisição de licença de uso de software VMware vCenter Server Standard em sua versão mais recente.

2.1.4 DIREITO DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO COM SUPORTE TÉCNICO REMOTO PARA VMware vCenter SERVER STANDARD – VMWare Basic Support & Subscription Service

2.1.4.1 Direito de atualização de versão e suporte técnico da solução VMware vCenter Server Standard pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

2.1.4.2 Definem-se direitos de atualização de versão como direitos para atualização dos softwares, incluindo versões maiores (major releases), versões menores (minor releases), versões de manutenção (maintenance releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software VMware vCenter Server Standard, tradicionalmente disponibilizadas através de download a partir do sítio na Web da VMware.

2.1.4.3 Define-se serviço de suporte técnico como sendo aquele efetuado mediante atendimento telefônico e correio eletrônico, com objetivo de solucionar problemas de funcionamento e disponibilidade da solução e de esclarecer dúvidas relacionadas à instalação, configuração, uso e atualização dos produtos;

2.1.4.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados técnicos pelo menos 12 (doze) horas por dia, pelos menos 5 (cinco) dias por semana, mediante sistema Web ou de um telefone 0800 ou número local em Brasília-DF;

2.1.4.5 Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas;

2.1.4.6 Os chamados técnicos serão categorizados nos seguintes níveis de severidade:

Nível	Descrição
1	Servidor de produção fora de operação e sem qualquer solução de contorno para emprego imediato. A atividade-fim da instituição foi significativamente perturbada.
2	Funcionalidades principais severamente prejudicadas. Operação prossegue com restrições significativas. Solução de contorno temporária disponível.
3	Perda de funcionalidades não críticas. Operações deficientes de alguns componentes, mas o usuário continua a utilizar o <i>software</i> .
4	Questões de caráter geral

2.1.4.7 O nível de severidade dos chamados deverá ser comunicado à CONTRATADA no momento de sua abertura;

2.1.4.8 O atendimento dos chamados técnicos de nível de severidade 1 deverá ser solucionado em até 4 (quatro) horas comerciais; os de nível de severidade 2, em até 8 (oito) horas comerciais e os de nível de severidade 3 e 4, em até 12 (doze) horas comerciais;

2.1.4.9 Para fins desta contratação horas comerciais são as compreendidas entre 8h e 19h, horário de Brasília-DF de dias úteis;

2.1.4.10 O chamado técnico só será considerado concluído após confirmação do TCU;

2.1.4.11 O nível de severidade de um chamado poderá ser reclassificado. Neste caso, haverá nova contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade;

2.1.4.12 A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, relatório contendo as informações de data e hora de abertura e fechamento do chamado, nome do responsável pela abertura, nome do responsável pelo atendimento, número de controle (protocolo), nível de severidade e descrição sucinta do chamado.

2.1.5 LICENÇAS VMware vCenter SITE RECOVERY MANAGER Enterprise

2.1.5.1 Aquisição de licenças de uso de software VMware vCenter Site Recovery Manager Enterprise em sua versão mais recente.

2.1.5.2 Cada licença deve permitir o gerenciamento de 25 (vinte e cinco) máquinas virtuais.

2.1.5.3 Não deve haver limite de dimensionamento (número máximo de VMs protegidas), sendo o valor máximo de máquinas virtuais gerenciadas limitadas apenas pela quantidade de licenças adquiridas.

2.1.6 DIREITO DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO COM SUPORTE TÉCNICO REMOTO PARA VMware vCenter SITE RECOVERY MANAGER Enterprise STANDARD – VMWare Basic Support & Subscription Service

2.1.6.1 Direito de atualização de versão e suporte técnico da solução VMware vCenter Site Recovery Manager Enterprise pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

2.1.6.2 Definem-se direitos de atualização de versão como direitos para atualização dos softwares, incluindo versões maiores (major releases), versões menores (minor releases), versões de manutenção (maintenance releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software VMware vCenter Site Recovery Manager Enterprise, tradicionalmente disponibilizadas através de download a partir do sítio na Web da VMware.

2.1.6.3 Define-se serviço de suporte técnico como sendo aquele efetuado mediante atendimento telefônico e correio eletrônico, com objetivo de solucionar problemas de funcionamento e disponibilidade da solução e de esclarecer dúvidas relacionadas à instalação, configuração, uso e atualização dos produtos;

2.1.6.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados técnicos pelo menos 12 (doze) horas por dia, pelos menos 5 (cinco) dias por semana, mediante sistema Web ou de um telefone 0800 ou número local em Palmas-TO;

2.1.6.5 Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas;

2.1.6.6 Os chamados técnicos serão categorizados nos seguintes níveis de severidade:

Nível	Descrição
1	Servidor de produção fora de operação e sem qualquer solução de contorno para emprego imediato. A atividade-fim da instituição foi significativamente perturbada.
2	Funcionalidades principais severamente prejudicadas. Operação prossegue com restrições significativas. Solução de contorno temporária disponível.
3	Perda de funcionalidades não críticas. Operações deficientes de alguns componentes, mas o usuário continua a utilizar o <i>software</i> .
4	Questões de caráter geral

2.1.6.7 O nível de severidade dos chamados deverá ser comunicado à CONTRATADA no momento de sua abertura;

2.1.6.8 O atendimento dos chamados técnicos de nível de severidade 1 deverá ser solucionado em até 4 (quatro) horas comerciais; os de nível de severidade 2, em até 8 (oito) horas comerciais e os de nível de severidade 3 e 4, em até 12 (doze) horas comerciais;

2.1.6.9 Para fins desta contratação horas comerciais são as compreendidas entre 8h e 19h, horário de Brasília-DF de dias úteis;

2.1.6.10 O chamado técnico só será considerado concluído após confirmação do TRE;

2.1.6.11 O nível de severidade de um chamado poderá ser reclassificado. Neste caso, haverá nova contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade;

2.1.6.12 A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, relatório contendo as informações de data e hora de abertura e fechamento do chamado, nome do responsável pela abertura, nome do responsável pelo atendimento, número de controle (protocolo), nível de severidade e descrição sucinta do chamado.

2.1.7 REPASSE DE CONHECIMENTO

2.1.7.1 O presente repasse de conhecimento referente às soluções VMware, deverá obrigatoriamente:

- Fazer parte do currículo oficial atual do fabricante da solução;
- Possuir carga horária mínima de 40 (quarenta) horas;
- Possuir carga horária diária de 8 (oito) horas;
- Cobrir conhecimentos necessários para administração, configuração, otimização, resolução de problemas (troubleshooting) e utilização da solução;
- Incluir a realização de laboratórios práticos;

- f) Disponibilizar, para todos os participantes, material impresso ou em meio digital, original do fabricante, atualizado e de primeiro uso, em português ou inglês;
- g) Disponibilizar certificados de conclusão para todos os participantes;
- h) Ser ministrado por instrutor certificado pelo fabricante;
- i) Ser ministrado para 03 (três) servidores;
- j) Ser ministrado em centro oficial do fabricante;
- k) Ser concluído em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;
- l) Ser aprovado por pelo menos 2 (dois) dos participantes do treinamento. Caso o treinamento seja considerado inadequado, a CONTRATADA deverá realizar novamente o serviço, às suas expensas, após realizar os ajustes necessários no material didático ou selecionar novo instrutor. Ocorrendo 2 (duas) rejeições do treinamento, a Administração poderá rescindir o contrato por inexecução.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 O objeto do presente instrumento será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA

4.1 A Contratada deverá entregar as licenças, descritas nos itens 1, 3 e 5 da Tabela do item 1.2 deste instrumento, em até 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento da nota de empenho.

4.2 As licenças deverão ser entregues na Seção de Patrimônio e Almoxarifado deste Tribunal, no endereço: Quadra 103 Norte, Avenida LO 02, Número 53, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, no horário das 12h às 19h;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao CONTRATANTE:

- a) promover o acompanhamento e a fiscalização dos produtos e serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
- b) recusar, a critério da fiscalização, qualquer bem ou serviço fornecido ou executado fora das condições contratuais;
- c) receber os bens e serviços na forma descrita neste contrato;
- d) prestar as informações, recomendações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

- e) efetuar o pagamento à CONTRATADA, segundo as condições pactuadas.

5.2. Compete à CONTRATADA:

- a) fornecer os produtos e serviços no prazo e demais condições estipuladas neste termo, no edital da Licitação e na proposta;
- b) entregar os produtos no prazo máximo estipulado neste termo;
- c) substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos; os produtos que apresentarem qualquer irregularidade;
- d) arcar, em caso de substituição de produto, conforme previsto na alínea anterior, com as despesas decorrentes da devolução e nova entrega do produto;
- e) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-TO;
- f) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- g) nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
- h) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- i) responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- j) respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

6.1 O valor global do presente contrato é de R\$ 00,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme quantitativos e preços discriminados no quadro a seguir.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR	TOTAL
1	Licença VMware vSphere 5 Enterprise Plus	Unid.			
2	Direito de atualização de versão com suporte técnico remoto para VMware vSphere Enterprise Plus (12 meses) – <i>VMWare Basic Support & Subscription Service</i>	Unid.			
3	Licença VMware vCenter Server 5 standard	Unid.			
4	Direito de atualização de versão com suporte técnico	Unid.			

	remoto para VMware vCenter Server Standard (12 meses) – VMWare Basic Support & Subscription Service				
5	Licença VMware vCenter Site Recovery Manager Enterprise 5	Unid.			
6	Direito de atualização de versão com suporte técnico remoto para VMware vCenter Site Recovery Manager Enterprise (12 meses) – VMWare Basic Support & Subscription Service	Unid.			
7	Repassê de conhecimento de VMware	Unid.			
TOTAL					

6.2 O pagamento à CONTRATADA será efetuado em moeda corrente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, por meio de Ordem Bancária, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em 1 (uma) via, devidamente atestada pelo gestor do contrato.

6.3 Sobre as faturas incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a CONTRATADA isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com as faturas, cópia do comprovante respectivo.

6.4 Em caso de irregularidades na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

6.5 O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento da contratada os eventuais débitos, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

6.6. Para liquidação da despesa, a contratada deverá estar certidões de regularidade com a Previdência Social - CND/INSS e com o FGTS, em plena validade.

6.7. A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste Contrato.

6.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo, no caso dos serviços descritos nos itens 2, 4 e 6 da Tabela do item 1.2 deste contrato, ser prorrogado, se houver interesse das partes, nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTES

8.1 O valor contratado poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta (no caso do primeiro reajuste), ou da data do último reajuste (para as subseqüentes), visando à adequação aos novos preços de mercado, dependendo de solicitação da contratada, e mediante a aplicação do IPC/FIPE acumulado no período.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1 Contratada deverá apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato, sob pena de ter o contrato rescindido e penalidades cabíveis, garantia contratual, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, podendo optar por uma das modalidades descritas no §1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/1993.

9.2 Em se tratando de caução em dinheiro, deverá a contratada comprovar junto à SADOR, o depósito em caderneta de poupança em favor do TRE-TO.

9.2.1 Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, a Contratada deverá encaminhá-la, mediante Protocolo, à Seção de Contratos do TRE-TO.

9.2.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

9.3 Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas “a” a “d” do item 5.8.4.

9.4 No caso da garantia ser prestada por meio de fiança bancária ou de seguro-garantia, a mesma deverá ser renovada, na hipótese de ocorrer prorrogação do contrato, no mesmo prazo e percentual estabelecidos neste capítulo, devidamente reajustado.

9.5 No caso de acréscimo, supressões e eventuais repactuações, é condição preliminar, a adequação da garantia legal prestada.

9.6 Em ocorrendo revisão de preços, o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção.

9.7 Se o valor da garantia vier a ser utilizada nas situações referidas no item 9.2.2, a contratada se obriga a efetuar a respectiva reposição, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal.

9.8 A garantia somente poderá ser liberada ou restituída após a execução do contrato.

9.8.1 A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

9.8.2 Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o término da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

9.8.3 Deverá constar expressamente na garantia, que caso seja necessário o pagamento de verbas trabalhistas, a instituição garantidora atenderá o disposto no item 9.8.2.

9.9 A vigência da garantia apresentada deverá ser superior em pelo menos 3 (três) meses a vigência do contrato

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1 O presente Contrato é celebrado mediante licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica e sob o nº 83/2014, nos termos da Lei 10.520/2002, o Decreto 5.450, de 31 de maio de 2015, Resolução CNJ nº 182, de 17 de outubro de 2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A execução do objeto deste contrato será gerido por comissão especialmente designada, composta de servidores da Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura - área demandante; servidores da Seção de Gestão da Infraestrutura Tecnológica - área técnica e da Secretaria de Administração e Orçamento - área administrativa, que serão respectivamente fiscal demandante, fiscal técnico e fiscal administrativo.

11.2 A comissão será responsável por informar as falhas na execução do contrato que gerarão os procedimentos administrativos que culminarão na aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas.

11.3 Havendo falha na prestação dos serviços, a empresa será notificada para exercer seu direito ao contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o que ser-lhe-á aplicada advertência, ou outra penalidade de acordo com a gravidade do ato, após análise jurídica por parte do Contratante.

11.4 A gestão do contrato após provocação da Contratada, instruirá o pedido de concessão do reajuste, observando o estabelecido na Cláusula Oitava, submetendo à apreciação da Secretaria de Administração e Orçamento a análise da aplicação do índice indicado no contrato, que encaminhará à Direção Geral para análise e posterior apostilamento.

11.5 A ação da comissão gestora não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Atraso injustificado para o fornecimento dos produtos e ou início da prestação dos serviços sujeitará a Contratada à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

- a) atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,4%, calculada sobre o valor do contrato;
- b) atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,7%, calculada sobre o valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

12.2 Pela inexecução total ou parcial do instrumento de contrato, o TRE/TO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa vencedora as seguintes sanções:

12.1.1 Advertência escrita;

12.1.2 Multas:

c) de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia sobre o valor do fornecimento com atraso, quando a empresa vencedora, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro e, decorridos 20 (vinte) dias de atraso, o TRE/TO poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista na alínea "b";

d) de 15% (quinze por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando o fornecimento com prestação de serviços for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de vinte dias, estabelecido na alínea "a", e/ou quando o fornecimento e/ou serviços forem prestados fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da Contratada.

12.1.3 impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

12.2 O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

12.3 A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste termo.

12.4 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar, a contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste termo e das demais cominações legais.

12.5 O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. Constituem motivos para rescisão do presente contrato às hipóteses previstas no art. 77 e nos incisos I a XII e XVII do art. 78, da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

13.2. Os casos de rescisão contratual pelos motivos previstos nesta cláusula serão formalmente motivados em processo.

13.3. A rescisão contratual, precedida da devida autorização do **CONTRATANTE**, na forma escrita e fundamentada, poderá ser:

- a) Formalizada através de ato unilateral do **CONTRATANTE**, na ocorrência dos motivos previstos nesta cláusula;
- b) Amigável, por acordo das partes, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**, mediante termo cabível;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 A despesa decorrente do presente Contrato correrá à conta do Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0017 – **Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral** e Elemento de Despesa: 3.3.3.9.0.39.58- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – **Serviços de Telecomunicações**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 O presente Contrato será publicado em extrato no D.O.U., consoante termos do artigo 61, Parágrafo Único, da Lei nº. 8.666/93, às expensas do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Tocantins em Palmas, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

E por estarem assim de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em meio eletrônico, no processo administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.

Palmas/TO, ____ de outubro de 2014.

JOSÉ MACHADO DOS SANTOS

Diretor-Geral / TRE-TO

FRANCISCO ALVES CARDOSO FILHO

Secretário de Administração e Orçamento / TRE-TO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante da Contratada